

AO: Artigo de Opinião

CI-CPRI



Telepolítica

Hoje o mundo é global e interdependente. Nele impera a sociedade de informação e do espectáculo. A oferta satisfaz a procura.

Os meios de comunicação são um fórum pluralista. Mas neles o poder económico pode ditar regras – as quais, por vezes ferem preocupações deontológicas, fruto do aumento da concorrência e de uma acrescida pressão de mercado

Se o tempo é dinheiro e a vida é célere, a adaptação urge.

Quando não há notícias que causem espanto, ou em número suficiente, descobre-se *interesse público* num evento banal, pela técnica *da notícia por detrás da notícia*. Surgem assim *pseudo-eventos*, cujo sucesso depende da sua cobertura.

Os meios de comunicação têm poder para decidir quem tem voz no espaço público. Tendem a preferir fontes institucionais, por as entenderem credíveis. As quais comunicam cada vez mais com os jornalistas de forma organizada, usando especialistas como intermediários.

Os governantes estão sempre na mira dos cidadãos, sob pressão dos jornalistas e das sondagens.

O que obriga a tratar com urgência assuntos, actuais, hipotéticos ou prospectivos, que exigiriam mais tempo.

Portanto, o tempo da política não coincide com o tempo dos *media*.

Resultado, o país adapta-se à permanente discussão de políticas de curto prazo cujos resultados nem sempre entusiasмам à *ânsia do presente* e podem, inclusive, invalidar ou comprometer objectivos de longo prazo.

Num mundo em perpetua mudança, os *media* e os políticos têm estreitado relações.

Actualmente, o público mal discerne a diferença entre o político que comenta e o comentador político. Se bem que o primeiro não seja neutro, enquanto o segundo deveria sê-lo.

Se a *fuga de informação* era forma ocasional da fonte oficial divulgar dados confidenciais, hoje em dia é quase *institucional*. O que só se mostra possível num clima de confiança entre jornalistas e fontes.

Os *off-record* permitem que o grande público conheça assuntos que, de outra forma, seria impossível. São pano de fundo de entrevistas, da especulação dos colunistas.

O jornalismo político às vezes baseia-se em conversas informais ou entrevistas, perdendo de vista o económico ou judicial que analisa sobretudo documentos.

Entretanto, quantas vezes parece que os *media* competem com o Parlamento? Mormente nas funções tribuniária e fiscalizadora dos governos.

Com frequência, o tema do debate parlamentar já foi previamente abordado pelos media. Pelo que os deputados nem fazem a notícia, *dão-lhe seguimento*.

Paralelamente, se os trabalhos do Parlamento não constam da agenda dos *media*, não chegam à população que ignora – por desinteresse ou falta de instrução – as iniciativas do Governo.

Resultado, a população sente-se distante do poder, ou mesmo incapaz de lhe influenciar as decisões. Vai para a praia quando devia votar. Mas depois queixa-se dos *outros* terem decidido por ela.

A Democracia, para sobreviver, precisa ser participativa.

O *Estado de Direito* respira se houver Justiça e Segurança, funciona com base na credibilidade e (para espanto de muitos) da previsibilidade da governação.

Os cidadãos precisam conhecer as regras, as quais não podem estar sempre a mudar (para pior). Precisam criar expectativas de vida e de negócio.

O tipo de Governo e de líderes, por indesejável que seja para muitos, são o reflexo da sociedade em que são gerados, sobretudo em Democracias.

A Democracia reflecte a vontade dos seus cidadãos. Ou, pelo menos, dos que votam.

Se não votam, não se podem queixar depois. Não é assim que funciona o sistema.

O voto é um direito e uma responsabilidade.

Quantos mais participativos e informados forem os cidadãos, menos vulneráveis ficam ao que dita a agenda dos políticos ou dos interesses empresariais dos meios de comunicação.

Os *media* são um *quarto poder*?

Não são uma alternativa aos poderes legislativo, executivo e judicial. Deverão servi-los, pois é essa a sua obrigação num estado democrático.

São um *fórum privilegiado* e poderão contribuir para uma *cidadania esclarecida*. Com coragem, rigor e independência.

Ao dar voz aos cidadãos, os meios de comunicação responsabilizam os políticos

perante a opinião pública, obrigando-os a agir. Sem se centrar nas disputas dos políticos. Ao atribuir espaço de debate aos grandes temas. Ao resistir ao facilitismo de exacerbar lutas de interesses conflituosos, em nome da unidade nacional.

Regra geral, o que é transmitido (em especial pela televisão) causa impacto na população.

Se o político se deseja popular, pode ceder à pressão dos jornalistas. Assim sendo, entra numa espiral da qual não sairá tão cedo.

Se os meios de comunicação vivem da notícia, o *telepolítico* precisa *ser notícia*. Para não ser esquecido.

Nem todos o fazem. Uma vez na roda, pode ainda *reinventar-se*. Trocar o político *real* que é, pelo *virtual* que almeja ser.

Mas os *media* são um pau de dois bicos.

O político pode criar-lhes expectativas para garantir cobertura jornalística. Ou acabar a decidir em praça pública. Tal gera críticas. Ainda que o repúdio, se repetido nos *media*, também contribui para o espectáculo.

A mediatização da política está na base de transformações estruturais de funcionamento.

As notícias sobre política mais parecem traduzir a luta de poder e de bastidores. E os *media*, em parte cúmplices, assistem à *feira de vaidades*.

Mas se o produto vende, rende. Pelo que os meios de comunicação dificilmente resistem à sua divulgação.

Portanto, deve-se promover uma *cultura de responsabilidade*.

Em que os *media* não se desculpem com a mediocridade dos políticos e estes com o sensacionalismo dos *media*.

A culpa geralmente partilha-se mas ninguém a quer.

Para que o público não fique confuso e reaja em conformidade.

É preciso sentido de Dever e de Responsabilidade.

Democracias há muitas e a de Atenas afundou-se perante Esparta, assim explica Tucídides.

Um Estado de Direito só se aguenta entre gente civilizada.

Urge garantir que a era mediática ajude a aprofundar a democracia participativa e não a criar um governo de plebiscito que mine as formas de democracia representativa. Os media devem respeitar quem nos governa.

Em contrapartida, os políticos devem olhar para os *media*, não com desconfiança, mas com consideração pela sua função, que é a de informar a população.

A Democracia funciona em reciprocidade. Mas apenas sobrevive quando o ciclo é predominantemente virtuoso (e não vicioso).

SOUSA GALITO, Maria (2004). Telepolítica. CI-CPRI, AO, N°1, pp.1-3.